

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Geraldo Magela/Agência Senado



Portinho quer discutir mais fim da seis por um

Líder do PL: é preciso incentivar o trabalho, não diminuir

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), disse à coluna, ao comentar o fim da escala seis por um, ser preciso “incentivar o trabalho, não reduzir, reduzir a produção”. Para ele, a mudança na jornada tem que ser mais bem debatida, não pode ser “eleitoreira nem populista”.

Afirmou ser favorável à liberdade de negociação e à discussão do tempo de trabalho a partir da realidade de cada setor. “Tem setores em que isso é possível; outros já fazem. Há setores que fazem home office”, citou.

Ressaltou que “o trabalhador mesmo, o cara do Uber, do táxi, do aplicativo, não está nem aí pro seis por um”. De acordo com o senador, essas pessoas trabalham 12 horas por dia, todos os dias, para fechar as contas.

Contrapartidas

Portinho classificou a discussão de “muito rasa” e ressaltou a necessidade de haver mensuração dos impactos que a eventual redução da jornada terá nos diferentes setores, o que cada um pode suportar.

Isso, para que se possa verificar a importância de criação de contrapartidas para empresas, como a desoneração da folha de pagamentos — uma diminuição na cobrança de impostos.

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Deputado Léo Prates (Republicanos-BA) relator da PEC

Menos empregos

Na avaliação do líder do PL, do jeito que está sendo proposta, a redução da escala de trabalho seria prejudicial ao próprio trabalhador, já que haveria uma redução dos empregos.

“O supermercado não vai abrir aos domingos, não vai contratar um terceiro turno. Comércio e restaurantes vão fechar um dia na semana”, enumerou.

Portinho citou também a possibilidade de piora no tempo de deslocamento para os locais de trabalho. “Os mais pobres é que vão pagar a conta”, disse.

Desenrola os bancos

O senador também criticou a nova versão do programa Desenrola, criada pelo governo com o objetivo de diminuir e equacionar dívidas acumuladas pela população. Para ele, a iniciativa será boa para os bancos, que, assim, terão como receber pagamento por créditos pendentes. Ele condenou a possibilidade de uso de parte do FGTS no pagamento de dívidas: “É a única poupança que restava”.

Bolsonaro liberou

Entre 2019 e meados de 2022, o então presidente Jair Bolsonaro, apoiado por Portinho, liberou, pelo menos, saques do FGTS que chegaram a, pelo menos, R\$ 123 bilhões, cerca de 20% do patrimônio do Fundo. Mas, para o senador, as condições eram diferentes, estavam relacionadas à pandemia da Covid 19.

No Niltão

Um dos alvos de operação de busca e apreensão “pessoal, veicular e domiciliar” determinada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, o deputado Marcelo Queiroz (PSDB-RJ) é muito conhecido pela torcida do seu time, o Botafogo. Ele costuma panfletar nas proximidades do estádio Nilton Santos.

Dornelles

No penúltimo sábado, o deputado levou para ajudá-lo na tarefa o ex-jogador André Silva, uma das estrelas do time alvinegro que conquistou o Campeonato Brasileiro de 1995. Queiroz entrou para a política abençoado pelo ex-ministro e ex-governador Francisco Dornelles, que morreu em 2023.

PET

Queiroz é suspeito de participação em esquema de fraudes em licitações quando era secretário estadual de Agricultura do Rio de Janeiro, nas gestões de Wilson Witzel e Cláudio Castro. Ocupou também secretarias na Prefeitura do Rio. Ele se apresenta como defensor dos animais — a decisão de Dino foi tomada na PET 15.234.

CPMI travada

Por falar no STF: como o Correio Bastidores antecipou, o deputado Carlos Jordy (PL-RJ), esteve como o ministro André Mendonça para reivindicar uma decisão favorável na ação em que cobra a instalação da CPMI do Banco Master — o requerimento foi protocolado no dia 3 de fevereiro.

‘Sensibilizado’

Pelo regimento, a instalação deveria ter ocorrido na sessão seguinte do Congresso. O tema, porém, foi ignorado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Segundo Jordy, Mendonça, relator da ação, mostrou-se “solícito e sensibilizado”, e falou que iria avaliar. “Estamos aguardando”, diz o deputado.



Correio da Manhã participou do programa ‘Bom dia, Ministro’

Boulos fala em limite digital no trabalho e critica as bets

Ao Correio, ministro defende debate sobre direito à desconexão

Por Rafael Lima

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, afirmou ao Correio da Manhã que o Brasil precisará discutir, nos próximos anos, o chamado “direito à desconexão” no trabalho, diante do avanço do home office e da dificuldade dos trabalhadores em se desligarem das atividades profissionais fora do expediente. A declaração foi dada durante participação no programa Bom Dia Ministro, do CanalGov.

Ao comentar o debate sobre redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, Boulos afirmou que o uso constante do celular transformou a relação das pessoas com o trabalho.

Segundo ele, após a pandemia, o trabalho remoto “explodiu” e passou a gerar novos desafios para a legislação trabalhista. O ministro disse que o debate sobre redução da jornada precisa considerar o impacto das plataformas digitais e das mensagens fora do horário de expediente. “O celular está tomando conta do nosso tempo”, afirmou, ao defender limites mais claros para o trabalho remoto.

‘Epidemia das bets’

Durante a entrevista, Boulos também fez duras críticas às plataformas de apostas esportivas e jogos online. Segundo ele, as bets se transformaram em uma “epidemia” e estariam afetando diretamente o orçamento das famílias brasileiras.

O ministro afirmou que a

regulamentação aprovada pelo Congresso não resolveu o problema e declarou que, na avaliação dele, o país deveria discutir até mesmo a proibição das plataformas.

Boulos criticou ainda a carga tributária aplicada ao setor e disse que as empresas de apostas pagam proporcionalmente menos impostos que trabalhadores assalariados. Ele também relacionou parte das plataformas a investigações sobre lavagem de dinheiro e afirmou que as bets financiam perfis em redes sociais para atacar o governo federal.

Aplicativos

Boulos falou ainda sobre a regulamentação dos aplicativos de transporte e delivery. Segundo ele, uma portaria da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) já determina que plataformas informem de forma transparente quanto do valor da corrida ou da entrega fica com o trabalhador e quanto é retido pelas empresas.

De acordo com o ministro, algumas plataformas ainda descumprem a determinação e deverão ser alvo de procedimentos punitivos nos próximos dias, incluindo aplicação de multas.

O ministro também criticou bloqueios automáticos de motoristas e entregadores sem explicações claras e afirmou que o governo quer ampliar a transparência dos algoritmos utilizados pelas plataformas. Segundo ele, a orientação do presidente Lula é avançar em medidas de proteção aos trabalhadores.